

Teoria Literária e a redemocratização brasileira ou a invocação dos infernos

Susana Scramim

^{1*} Universidade Federal de Santa Catarina² / CNPq
susana@cfh.ufsc.br

Resumo:

Desenhar um esboço de memória para a disciplina de Teoria Literária e seus dispositivos de legitimação na universidade brasileira no período de recrudescimento da ditadura civil-militar e o começo da redemocratização política entre os anos de 1964 e 1986 é o objetivo maior deste texto. Serão trazidos à tona os debates quando da inclusão do Estruturalismo nos programas curriculares os quais desencadearam tentativas de pensar a autonomia da Teoria frente à própria Literatura. Serão importantes para a análise a organização bibliográfica e a montagem dos conteúdos das disciplinas e a atuação intelectual dos professores dos respectivos programas de Teoria Literária.

Palavras-Chave: teoria literária; história; redemocratização política brasileira; ensino.

^{1*} Susana Scramim é professora Titular de Teoria Literária do Departamento de Língua e Literaturas Vernáculas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Pesquisadora do CNPq. susana@cfh.ufsc.br

Marx affirmait que l'histoire se répétait sous forme de farce. Dans le cas de la théorie littéraire et de ses aspirations révolutionnaires, on peut dire que ce n'est pas la répétition, mais la concrétisation d'une utopie que aura ainsi vire à une farce certes exemplairement démocratique, mais dans laquelle la littérature n'a plus rien à voir³.
– Vincent Kaufmann

1. O demônio da transgressão e rebeldia

Na primavera de 1978, Haroldo de Campos ofereceu um curso na Universidade de Yale, “Semiologia da evolução literária: o modelo barroco e sua produtividade na poesia brasileira”. Consistia em uma proposição de premissa teórica para ler a história da poesia brasileira e de modo mais abrangente confrontar a tese da dependência cultural que orientava os debates no que dizia respeito à institucionalização da teoria literária no país. Entre as anotações que guiaram a preleção do curso, encontra-se a defesa de uma concepção da linguagem como portadora de uma mensagem “inter” ou “trans” semiótica na qual se insurgiria uma disposição transgressora do “*non serviam*”, ou seja, a da não submissão a uma presença que lhe é exterior, a não submissão a um conteúdo que não lhe aporte matéria de vida. Trata-se de uma tese de teoria para ler e escrever a Literatura que professa a não submissão. Imediatamente, Haroldo associa a tese da não submissão a uma “empresa satânica”. A motivação da Teoria Literária nacional, para Haroldo de Campos, era a de romper com a “clausura metafísica da presença”, transgredir a relação tomada como natural entre origem e destino, forma e conteúdo, entre literatura europeia e literatura da colônia. Em 1980, esse curso será a base da “virada” metodológica para sua empresa de desconstruir a “dialética” de Antonio Candido aplicada ao problema da dependência cultural, que se materializou no estudo: “Da razão

³ *Marx afirmou que a história se repete na forma de uma farsa. No caso da teoria literária e das suas aspirações revolucionárias, podemos dizer que não é a repetição, mas a concretização de uma utopia que se transformará assim numa farsa certamente exemplarmente democrática, mas na qual a literatura não tem mais nada a ver.* (tradução minha)

antropofágica: a Europa sob o signo da devoração”, publicado na revista Colóquio/Letras, em julho de 1981.

Na década de 1970, Brasil se encontrava sob a égide do autoritarismo político da ditadura civil militar iniciada com o golpe de estado em 1964. Mais do que excluir obras que não aportassem sentido para a “evolução” da Literatura Brasileira em direção à plena autonomia frente as demais literaturas ocidentais, Haroldo de Campos propôs incluir a leitura de obras que criassem outros códigos. A inclusão da poesia de Gregório de Mattos no rol das obras genuinamente brasileiras é proposta a partir de um conceito teórico: o da tradução, ou seja, a do tradutor como um agente de transformação ostensiva. No caso específico, as obras traduzidas eram a de Gôngora e Quevedo. Haroldo de Campos lerá a poesia de Gregório em um plano de “diálogo com as inflexões (tropismos) da tradição” (Campos, 1989, p. 23). No livro *Deus e o Diabo no Fausto do Goethe*, Haroldo de Campos afirma que Gregório substancialmente não divergia das planificações de “Camões quando “traduzia”, em diferentes momentos de sua poesia, seja a dicção pedregosa”, seja o estilo “paradisíaco” de Dante”. (Campos, 1981, p.180)

2. A arrogância da anti-teoria

Em 12 de abril de 1975, Carlos Drummond de Andrade publicava nas páginas do *Jornal do Brasil* o seu poema “Exorcismo”, o qual, segundo Italo Moriconi (1996), deu visibilidade, sob o âmbito da polêmica, a um mal-estar teórico da Literatura Brasileira. Vejamos o poema:

Das relações entre topos e macrotopos
Do elemento suprasegmental
Libera nos, Domine

Da semia
Do sema, do semema, do semantema
Do lexema
Do classema, do mema, do sentema
Libera nos, Domine

Da estruturação semêmica

Do idioleto e da pancronia científica
 Da confiabilidade dos testes psicolinguísticos
 Da análise computacional da estruturação silábica dos falares regionais
Libera nos, Domine

Do vocóide
 Do vocóide nasal puro ou sem fechamento consonantal
 Do vocóide baixo e do semivocóide homorgâmico
Libera nos, Domine

Da leitura sintagmática
 Da leitura paradigmática do enunciado
 Da linguagem fática
 Da fatividade e da não fatividade na oração principal
Libera nos, Domine

Da organização categorial da língua
 Da principalidade da língua no conjunto dos sistemas semiológicos
 Da concretiz das unidades no estatuto que dialetiza a língua
 Da ortolinguagem
Libera nos, Domine

Do programa epistemológico da obra
 Do corte epistemológico e do corte dialógico
 Do substrato acústico do culminador
 Dos sistemas genitivamente afins
Libera nos, Domine

Da camada imagética
 Do espaço heterotópico
 Do glide vocálico
Libera nos, Domine

Da linguística frásica e transfrásica
 Do signo cinésico, do signo icônico e do signo gestual
 Da clitização pronominal obrigatória
 Da glossemática
Libera nos, Domine

Da estrutura exo-semântica da linguagem musical
 Da totalidade sincrética do emissor
 Da linguística gerativo-transformacional
 Do movimento transformacionalista
Libera nos, Domine

Das aparições de Chomsky, de Mehler, de Perchonock
 De Saussure, Cassirer, Troubetzkoy, Althusser,
 De Zolkiewsky, Jakobson, Barthes, Derrida, Todorov
 De Greimas, Fodor, Chao, Lacan et caterva
Libera nos, Domine
 (Andrade, 1975, p.5)

Nesse extenso poema a modo de exorcismo, Drummond engrossa o coro, junto com o dos beatos autores, dos descontentes com a teoria literária

estruturalista. São onze estrofes concluídas com rigor religioso, comparado ao rigor científico das novas filosofias da linguagem. A cada final de estrofe se repete a frase do rito católico, *Libera nos, Domine*, concluindo que a Teoria Literária diz respeito a algo pertencente ao “inframundo”: “o demônio” da teoria se combate com o exorcismo. Por parte de alguns intelectuais que também eram professores de Literatura haveria o descontentamento frente à tentativa do Estruturalismo de conter o excesso de personalismo tanto da criação quanto das interpretações no âmbito da Literatura. Essa polêmica no Brasil acontece no momento de maior recrudescimento contra as liberdades individuais e repressão política impetradas pela ditadura civil militar. O Estruturalismo estava sendo proposto como um tipo de filosofia literária em algumas universidades e por alguns poucos professores que se encorajavam a não permitir que autoritarismo, repressão ditatorial e rigor científico fossem associados na operação de leitura da Literatura.

Alguns mais tarde, Antoine Compagnon lembrará dessa mesma retórica do rito religioso do exorcismo que igualmente na França se levantava contra uma filosofia da linguagem que se instalava junto à teoria da literária. No poema de Drummond, após a serialização de termos do Estruturalismo franco-eslavo nas dez primeiras estrofes: “semema”, “semantema”, “estruturação silábica dos falares regionais”, “semivocóide homorgânico”, “fatividade”, “substrato acústico do culminador”, “linguística frástica e transfrástica”, ele finaliza o texto “nomeando” seus criadores de modo pejorativo: “et caterva”, novamente utilizando a linguagem do rito religioso. Se Drummond “traduziu” em nome dos autores de Literatura um fastio por uma filosofia de estudo da linguagem pautada na noção de estruturas invariáveis, houve inúmeras manifestações por parte de professores e intelectuais das letras que foram nessa mesma direção: a de afastar uma abordagem do texto literário que neutralizasse a leitura de um sujeito leitor que produzisse “interpretações” de texto fundadora de novos personalismos. O pensamento ocidental já tinha dado provas suficientes – tanto nas duas guerras mundiais quanto nas seguintes guerras anticoloniais – que a equação formação de leitores = cultivo de experiências idiossincráticas não

tinham chegado a bons resultados nos primeiros anos da década de 1970. No entanto, José Guilherme Merquior em artigo publicado em 1974, portanto, um ano antes da polêmica com Drummond, Cacaso, Ana Cristina César, Carlos Nelson Coutinho e Luiz Costa Lima, se alçava com ponta de lança na guerra contra o mal do Estruturalismo. O real motivo do rechaço ao Estruturalismo não foi e nem poderia ter sido não confessado, já que se está a falar em termos de dogmas religiosos. O cerne da rejeição à Teoria Literária estruturalista era a sua concepção de intelectual anterior às guerras mais recentes daquele momento. A perda de prestígio acadêmico para um jovem aspirante a intelectual periférico era algo que ele não poderia aceitar e, ao mesmo tempo, coisa feia de se assumir, permanecendo inconfessável diante das aspirações de um Estruturalismo que propunha como efeito de sua prática de escrita e análise a neutralização do personalismo e do particularismo inerentes a um membro da classe dominante e aos quais a sua formação estava intimamente relacionada. Merquior preferiu impingir a culpa pela má formação dos profissionais das letras no Brasil aos próprios professores, tática bastante recorrente entre nós brasileiros de culpar a vítima. Ao tentar nomear a ação do Estruturalismo na vida acadêmica latino-americana, ele arremata:

Ao contrário: como as universidades “brotam” agora (numa expansão demasiada rápida para ser levada a sério), e os ignorantes se diplomam e se doutoram às centenas, a arrogância intelectual mais oca e mais inepta se dá facilmente ares dogmáticos de ciência exclusiva. No entanto, os sacerdotes do Método não sabem sequer português. Nossa ensaística atual é o paraíso do solecismo, o éden do barbarismo. Se você encontra um título sobre “escritura”, não creia que se trata de uma obra para tabeliões: trata-se mesmo é de “écriture”, que os nossos preclaros estruturalistas não sabem traduzir por “escrita!” [...] uma conviência bem conformista com a situação crítica da *intelligentsia latino-americana* e, em particular, com a crise da educação superior. Não é por acaso que o ator ou espectador por excelência do festival estruturalista é o aluno ou ex-aluno da universidade massificada. (Merquior, 1975, p. 5-12)

Luiz Costa Lima protagonizou uma polêmica nas páginas do jornal *Opinião* em novembro de 1975, ironizando as manifestações anteriores de intelectuais e escritores que haviam proferido anátemas contra os processos de formalização do pensamento teórico – incluindo-se entre eles o próprio poema de Drummond.

Costa Lima usa o argumento de que a arrogância contra a Teoria por parte dessas manifestações comprovava mais uma vez o problema da dependência cultural brasileira. Dependência que demonstrava o despreço em língua e cultura portuguesa aos processos de formalização que são proporcionados pela dinâmica de processos de escrita. Uma cultura que pouco preza o cultivo formal da língua nos livros, segundo Costa Lima, apenas poderia produzir o culto personalista do estilo, que, necessariamente, derivaria em variações do autoritarismo. A teoria em questão nesse debate era o Estruturalismo que Luiz Costa Lima trará para o âmbito do pensamento sobre a dependência cultural. O Estruturalismo poderia aportar modos de ler às necessárias e contingentes políticas de exumação dos corpos produzidos pela avalanche dos autoritarismos. Um dos momentos importantes desse debate em torno a introdução do Estruturalismo no Brasil foram a publicação de seu livro em 1973, *O Estruturalismo e teoria da literatura*, e o ciclo de conferências que Michael Foucault oferece na PUC do Rio de Janeiro em 1973, sob o título de “A verdade e as formas jurídicas”.⁴

A partir da consideração desses movimentos, constata-se que a Teoria Literária no Brasil da década de 1970 é contemporânea do debate francês e norte-americano. No entanto, o debate em torno da especificidade da área – se deveria ser instrumental de análise da Literatura ou se envolveria nos debates sobre a dependência cultural – também estava envolta na luta pela redemocratização política do país, sendo assim, adquiriu por força das circunstâncias o sentido de “exorcizar” o fantasma colonial brasileiro materializado nos vinte e um anos da ditadura civil militar, nos quais se inicia a institucionalização da Teoria Literária no Brasil. Os critérios para pensar o regime das letras e seu ensino no país estavam vinculados à ideia de um país e uma Literatura pobres. Não é somente José Guilherme Merquior ou Luiz Costa Lima que compreenderam o processo de formação dos quadros de professores de

⁴ Para uma leitura mais atenta da participação de Luiz Costa Lima nessas conferências de Foucault na PUC – Rio, ver: Mello, J. Os estudos literários brasileiros nos anos 1970 e o lugar da teoria no trabalho de Luiz Costa Lima, em *Remate de Males*, v.40, 2020.

Letras no Brasil como sendo consequência de uma cultura despreparada para a modernidade literária e com *déficit* de apreço aos livros e à cultura. Em *A tradução afortunada* (1968), Afrânio Coutinho emite juízo de valor na avaliação da vida literária brasileira: “Como exigir que uma literatura em formação, pobre, sem amplitude de atuação, isolada, influenciada pela portuguesa, não repetisse os cânones europeus?” (Coutinho, 1968, p. 165)

Imersos nessas polêmicas em que se buscava encontrar um “valor” que pudesse alavancar a cruzada da institucionalização da Teoria Literária e a formação de quadros de professores especialistas, os professores da área não ficaram imunes ao debate internacional que pretendeu recolocar a Teoria Literária no âmbito da reconfiguração acadêmica das Ciências Humanas em um planeta interconectado em sua determinação de desconstruir qualquer modalidade de autoritarismo.

No âmbito da disciplina Teoria Literária na França, na polêmica protagonizada por Antoine Compagnon, discutiram-se os limites do interno e do externo ao texto, os limites da Teoria como técnica e como invenção-revisão, da Teoria como ficção e/ou como filosofia da Literatura, da Teoria como história e como prospecção. Os debates questionaram especialmente a autonomia literária e artística. A permeabilidade da sociologia literária às situações constatáveis no mundo exterior foi igualmente afrontada em nome de uma teoria do texto como prática discursiva subjetiva (Compagnon, 1998, p.23-25). A complexidade dos resultados desses questionamentos gerou outra indagação igualmente complexa e necessária de ser desenvolvida, quer seja, a da busca pelo lugar de uma disciplina, e mais, pela indagação constante do que viria a ser a Teoria Literária.

Posteriormente, e como consequência desse contínuo movimento, Vincent Kauffman, em *La faute à Mallarmé. L’aventure de la Théorie Littéraire* (2011), montou um quadro dos deslocamentos da área ao longo das últimas cinco décadas na França. Além de um ensaio complexo, organizou uma série de entrevistas com professores de Teoria Literária produtores de diferentes abordagens científicas. No livro se pode perceber a sua abertura a algumas das

linhas da Teoria Literária perpetradas por alguns dos professores que assinam as entrevistas, entre os quais Jonathan Culler, Gérard Genette, Werner Hamacher, Julia Kristeva e Tzvetan Todorov. Kaufmann discute a possibilidade de se montar um quadro histórico do ensino da Teoria na Europa através da voz dos colegas teóricos; além da reconstrução de polêmicas, ele aposta na configuração da área de Teoria como um campo variado e complexo.

No contexto desses movimentos reverberantes, e no âmbito anglo-americano, a revista *New Literary History*, no seu segundo número de 1983, apresentou uma enquete com professores de Teoria Literária de algumas universidades norte-americanas. As questões propostas aos professores – alguns deles se tornariam uma década depois teóricos de grande importância nos estudos literários – foram elaboradas pelo grupo de editores que contava com a colaboração de Wolfgang Iser, Hans Robert Jauss, Frederic Jameson, Hélène Cioux e Jonathan Culler, entre outros. As questões eram relativas à relação entre Teoria e formação dos profissionais da crítica literária nas universidades, destacando-se a relação entre teoria, crítica literária e ensino. Entre os entrevistados estavam Terry Eagleton e Hans Ulrich Gumbrecht, além dos próprios editores Iser e Jauss.

Os debates marcados na área da Teoria Literária por oposições entre estruturalismo, marxismo, estética da recepção e sociologia do texto literário no Brasil das décadas de 1970 e 1980 envolveram muitas questões relacionadas ao “nacional” – no qual se situavam os problemas da atualização na formação de professores, da dependência cultural e dos estudos comparados – os quais foram desdobrados nos diálogos nem sempre sem disputas entre o pós-estruturalismo e estudos culturais.

3. As três datas: 1964, 1974 e 1984

O intervalo de dez anos entre 1964, 1974 e 1984 indica um intenso movimento que relaciona a criação da disciplina de Teoria Literária e sua curricularização nas universidades aos colapsos sofridos pela democracia

brasileira. A primeira data, 1964, é a do golpe civil-militar que depôs um presidente eleito democraticamente e marca a passagem à obrigatoriedade da disciplina Teoria Literária nos cursos de Letras do Brasil implementada pela reforma do ensino universitário em 1967. A segunda data: 1974, início da rebelião contra o Estruturalismo no país, coincide com os primeiros indícios de uma profunda crise no regime ditatorial e com o assassinato do jornalista Wladimir Herzog. A polêmica propalada no ano seguinte por intelectuais contra a Teoria Literária nas universidades demonstra, vista no conjunto dos acontecimentos, o nascimento de uma rebelião contra a autoridade instituída de modo unilateral. Na terceira data, 1984, as manifestações populares contra a ditadura atingem seu ápice em dezesseis de abril desse mesmo ano. Em São Paulo acontece o comício em prol da realização de eleições diretas no Vale do Anhangabaú, contando o evento com uma multidão de um milhão e quinhentas mil pessoas. Tal acontecimento coincide com a inclusão do debate sobre a dependência cultural e o colonialismo no âmbito de Teoria Literária brasileira, oferecendo a ela a proposição de um caráter específico.

As hipóteses de leitura que levanto nesta reflexão são passíveis de uma avaliação subjetiva, entretanto, tento inventariar informações, fatos e documentos com a finalidade de inventar uma possibilidade de contar essa história. Formulo uma “teoria das três datas” inspirada em Cesar Aira, no que diz respeito à minha tentativa de promover uma temporalidade da Teoria Literária no Brasil mediante a dilatação do tempo, uma certa extensão do presente, em uma espécie de anacronismo para fazer aparecer alguns sentidos possíveis do passado. Aira parte da formulação de que um livro tem três datas: a da sua escrita, a de sua publicação e a dos acontecimentos que a atravessam. Proponho ler a institucionalização da disciplina de Teoria Literária no Brasil a partir da confrontação dessas três datas.

Teoria Literária se organiza a partir de um contrato recíproco entre sujeito da pesquisa e seu objeto que é igualmente produto de uma subjetividade em processo. Derrida fala da impossibilidade de escrever a história enquanto totalidade, pois quando tratamos com a história, a ciência e a língua, lidamos

com o mundo, e mais, do tornar-se mundo do mundo. A história só é enquanto se faz história, sem garantias de retorno para uma ontologia, arriscando a sua pretensa correspondência consigo mesmo, sua identidade e sua homogeneidade (Derrida, 2007, p. 76-77 e 295)

Por outro lado, para o filósofo, crítico literário e historiador Walter Benjamin, em suas teses sobre o conceito de história, há que se insistir na tarefa do pesquisador motivada pela construção de um lugar que “não é o tempo vazio, mas um tempo saturado de “agoras”. [...] que faz explodir o *continuum* da história” (Benjamin, 1985, p. 229-230). O sujeito motivado pela dialética seria o operador dessa explosão. Ele, quando conta sua história, é tomado por um desejo não apenas de escapar ao esquecimento e sim de oferecer outra maneira de agir frente ao que não tem mais capacidade autônoma para a ação. Esse indivíduo amplia a condição autobiográfica e se coloca na fronteira com a experiência social. Percebe que sua história apenas poderá ser construída com a mediação da história coletiva. Em *Berliner Kindheit* (1932), Benjamin retoma a proposição de uma construção da experiência histórica a partir da busca no passado do sujeito por uma “felicidade” produzida pelo processo de entender sua vida que passa. A construção de sua narrativa vincula-se, desse modo, ao *pensamento das relações*, operando montagens inéditas entre o sujeito e sua imagem projetadas nos espelhos da metrópole moderna e tornando suscetível a manifestação da experiência autêntica do sujeito com seu objeto.

Com isso, quero destacar que não considero quadros estáticos quando busco imaginar, analisar e relacionar história individual e coletivo social no âmbito da construção das disciplinas acadêmicas. Ao modo da pintura dos *Panorama* no final do século XIX, a totalidade é cogitada, entretanto, o que se pinta envolve movimento e detalhe. Walter Benjamin observou um objetivo diferente na obra de arte como panorama cuja intenção deliberada era a de simultaneamente endereçar-se a um grande público e despertar outros sentidos para a História.

Em 1958, Antonio Candido foi o responsável pela disciplina de Teoria Geral da Literatura, do currículo do curso de Letras da UNESP, em Assis. No âmbito

dessa cadeira lecionou para os alunos ingressantes, com a colaboração de Naief Sáfady, o curso “Introdução aos estudos literários”. Em 1959, essa disciplina apresentava um programa com três tarefas: o trabalho com o manuscrito, o trabalho com o texto impresso e o trabalho com a autoria. (Candido, 2005, p. 3)

Em 1961, ao regressar à USP para assumir a disciplina de Teoria Literária e Literatura Comparada, o mesmo conteúdo será oferecido, estimulando a consolidação de uma modalidade de pesquisa que viria a ser decisiva na produção crítica de alguns de seus mais destacados alunos e responsável por um modo de ensinar Teoria Literária nas cinco décadas seguintes. (Ramassote, 2018, p. 35)

Um modo político de ensinar Teoria Literária na aprendizagem da Literatura, diga-se, no qual além de prover estudos gerais introdutórios e estudos teóricos especializados, indispensáveis para uma boa formação, valorizava e politizava os estudos literários, associando-os a uma leitura do “nacional” e seus problemas para a consolidação de uma nação moderna e autônoma.

Em 1961, Candido fundou o curso de graduação em Teoria Literária que, em 1962, passou a se chamar Teoria Literária e Literatura Comparada para se assegurar o estudo das literaturas estrangeiras bem como o espaço institucional para a Literatura Comparada. Segundo Sandra Nitrini (1994), os objetivos das disciplinas Teoria Literária e Literatura Comparada eram: “ensinar de maneira aderente ao texto, evitando teorizar demais e procurando mostrar de que maneira os conceitos lucram em serem apresentados como instrumentos de prática imediata, isto é, de análise” (Nitrini, 1994, p. 8). Na escolha de textos de cursos dos primeiros anos, constavam os de autores clássicos, contudo, os alunos de quarto ano e da Especialização tiveram a oportunidade de estudar escritores do Modernismo e de entrar em contato com os clássicos de maneira atualizada. (Idem). Entre os primeiros cursos, assinalam-se, para o quarto ano, o de Teoria e análise do romance (1961-1962) e o de O estudo analítico do poema (1963-1964), esse último iria ser publicado pela FFLCH em 1987 em forma de livro. Os primeiros cursos de quinto ano ou Especialização baseavam-se em seminários e aulas centradas num problema, visando à aquisição de

técnicas avançadas de trabalho. Dessa maneira, foram ministrados nesse nível o curso de Ecdótica (Edição Crítica), com investigação e análise de manuscritos e o de crítica textual, tendo como objeto de aplicação os contos de Machado de Assis, em 1961; seminários sobre Quincas Borba, a cargo do professor e dos alunos, com o objetivo de construir uma interpretação coletiva, em 1962; seminários de análise de cinco poemas escolhidos a partir da obra de Manuel Bandeira, Mário de Andrade, Murilo Mendes, Carlos Drummond de Andrade e João Cabral de Mello Neto, em 1963. (Idem, p. 10).

Durante três anos, Candido foi o coordenador do curso, cujo corpo docente começou a ampliar-se a partir de 1964, com a contratação de Roberto Schwarz; em seguida, vieram a integrar o quadro docente Walnice Nogueira Galvão, Davi Arrigucci Júnior, João Alexandre Barbosa, Tele Ancona Lopes e Teresa Pires Vara, ainda na década de 1960. Mantinha-se o currículo básico inicial, com um primeiro ano de introdução aos estudos literários e um quarto ano de Teoria Literária e Literatura Comparada. Na década de 1970, alguns novos professores passaram a atuar na área: Lucilla Ribeiro Bernardet, Marlyse Meyer, João Luiz Lafeté e Ligia Chiappini. Esse quadro tornou-se nas décadas seguintes determinante para os caminhos do ensino da Teoria Literária no Brasil, inclusive com Roberto Schwarz fazendo parte do quando fundador do IEL, na UNICAMP, em 1978.

Em São Paulo, houve a disseminação de duas posições que demandaram políticas teóricas distintas. Haroldo de Campos criou claramente uma deriva em relação aos estudos de Teoria Literária empenhados por Antonio Candido. Com sua tese de doutorado, intitulada *Morfologia do Macunaíma*, defendida em 1972 e orientada por Candido, na Universidade de São Paulo, Haroldo de Campos inicia sua carreira como professor de Teoria na PUC de São Paulo para propor uma diferença em relação ao conceito de “formação” tanto da Literatura quanto dos quadros da crítica e do ensino de Teoria no Brasil. Como poeta concretista e editor das revistas *Noigandres* e *Invenção*, ele replica as discussões teóricas sobre a literatura que estavam sendo pautadas na França. Max Hidalgo, em seu estudo sobre a biblioteca de Haroldo de Campos, observa que as revistas

literárias que ali se encontravam já nos anos de 1960 indicam essa conexão e atenção de Campos a essas discussões teóricas. Hidalgo destaca a presença da revista *Tel Quel* na qual é possível verificar, no ano de 1974, as anotações de Campos num artigo de Julia Kristeva nas quais ele ressaltava a relação entre a semiologia e aquilo que a Poesia Concreta estava fazendo. Hidalgo também esteve atento às consequências das disputas dos campos de força em jogo entre os intelectuais dissidentes de *Tel Quel* e os fundadores da revista *Change*. Haroldo de Campos manteve seu trabalho muito próximo de Jacques Roubaut e pareceu isolar a influência de Kristeva em suas leituras, após a dissidência entre os teóricos franceses. Indício esse cogitado por Hidalgo com base na observação da falta de marcas de leitura e páginas coladas fruto de defeitos de gráfica nos livros da teórica francesa, o que o levou a concluir que Haroldo de Campos talvez não os tenha sequer aberto. (Nácher Hidalgo, 2018, p. 229).

Ainda assim, as questões teóricas propostas nos números de *Tel Quel*, em especial àquilo que se refere ao estruturalismo, frequentaram as páginas de *Noigandres* e *Invenção*. Em suas memórias, Lúcia Santaella descreve seu convívio com Haroldo de Campos e afirma que tanto o estruturalismo quanto a dissidência dele estiveram presentes na prática literária e de ensino de Teoria Literária do colega de instituição; essas teorias estiveram igualmente presentes nos seus programas de ensino do curso de pós-graduação da PUC-SP, que, mesmo tendo sido fundado por iniciativa de Lucrecia Ferrara, contou com a orientação intelectual de Haroldo de Campos e de seu trabalho como pesquisador da área de Teoria Literária.

O programa de pós-graduação na PUC-SP foi criado em 1970 com o nome de Comunicação e Semiótica, sendo o primeiro com essa configuração no Brasil. Entre seus primeiros professores estavam Haroldo de Campos, Décio Pignatari, Leyla Perrone-Moisés, Willi Bolle; os professores convidados eram Boris Schnaiderman e Hans-Joaquim Koellreutter. O programa passou por sua primeira reforma curricular em 1978, quando ampliou os debates da Teoria Literária para a Comunicação, ainda dentro de uma motivação interdisciplinar da literatura, artes, música e meios de comunicação. Contudo, tinha na semiótica

seu eixo conceitual integrador. Nesse momento o programa já contava com a presença dos professores José Segolin e Lúcia Santaella.

Enquanto o PPG em Comunicação e Semiótica se empenhava na inclusão da literatura no âmbito transdisciplinar de uma teoria das artes e da sociedade – lembremos que se tratava também da interdisciplinaridade entre arte, literatura e comunicação – o PPG em Teoria Literária e Literatura Comparada se detinha no estudo do texto literário e de suas teorias de análise. As linhas de pesquisa do PPG em Teoria Literária e Literatura Comparada eram então as seguintes: literatura e sociedade, estudos comparatistas da literatura, formas e gêneros literários, crítica e história literária. As do PPG-PUC em Comunicação e Semiótica eram as seguintes: regimes de sentido nos processos comunicacionais, processos de criação na comunicação e na cultura, dimensões políticas na comunicação. É importante ressaltar que essa comparação entre os cursos de Semiótica da PUC e de Teoria Literária da USP não será qualitativa, o objetivo é analisar historicamente os processos de institucionalização da disciplina Teoria Literária no sistema universitário brasileiro, em especial nesses cursos.

No Rio de Janeiro, na UERJ, até 1967, ano da reforma que unificaria os parâmetros curriculares nacionais para formação dos profissionais de Letras, não havia uma disciplina que fosse dedicada à Teoria Literária propriamente dita. Segundo Roberto Acízelo (Acízelo, 2020, p. 277-279), havia uma disciplina que tinha como objetivo o estudo de certa “técnica” da literatura, muito próxima aos estudos de retórica e poética, e não tinha caráter obrigatório na formação do estudante de Letras. As disciplinas mais prestigiosas – que formavam uma espécie de cultura da cátedra – eram as de Literatura, que se dividiam entre os estudos de Literatura Brasileira e Portuguesa. Em 1950, Afrânio Coutinho apresenta à congregação de professores da Faculdade de Filosofia do Instituto La Fayette, depois Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade do Estado da Guanabara, e agora Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), um projeto de criação da disciplina de Teoria Literária. Uma vez aceita e incluída em caráter obrigatório na formação, envolveu, sob a batuta de Afrânio Coutinho,

uma dupla função: a de funcionar como estudos introdutórios e como “cúpula” da formação, “sinônimo de filosofia da literatura” (Coutinho, 1976, p. 2).

Observa-se com isso que o processo de institucionalização, com a abordagem proposta por Afrânio Coutinho, passa a cogitar uma distinção operacional entre Teoria da Literatura e Teoria Literária como aquela que será determinante para a sua separação em campos de força distintos – e ao mesmo tempo complementares – a partir da década de 1970. Como consequência de sua ação “política”, a disciplina ganha importância e função no contexto mais amplo da formação. As distinções entre o que era “próprio” ao “literário” na Teoria, diga-se entre o “fora” e o “dentro”, bem como distinções entre Literatura, Filosofia e Ciências Sociais, começam a se entrincheirar no Brasil dos anos de recrudescimento das ações governamentais durante a ditadura militar iniciada em 1964, quando os estudos das Literaturas nacionais, lidas a partir de uma perspectiva historicista, e dos estudos de Teoria da Literatura tomados como técnica – retórica e poética – passam a ser questionados pelo Estruturalismo e posteriormente pelo pós-estruturalismo, separando conservadores, marxistas dogmáticos e progressistas libertários em polos opostos que foram determinados previamente pelos campos de forças da polarização política. Com essa divisão, as diferenças que formularão os conceitos de Literatura e de Literário serão atravessadas no Brasil por elementos conceituais externos aos estudos de literatura.

Na UFRJ, de maneira semelhante ao que acontecera na UERJ, até a década de 1970 o ensino da Teoria Literária estava restrito ao estudo das técnicas e do “controle” do sentido do texto literário. De igual modo, até aquele momento, as disciplinas mais prestigiadas eram as de Literaturas nacionais e não as de Teoria. Somente com a Reforma Universitária de 1967, e sobretudo com a escolha de Afrânio Coutinho para conduzir a implantação da Faculdade de Letras da UFRJ, começa-se a incluir nos currículos duas disciplinas básicas: Linguística e Teoria Literária. (Lisboa, 1972, p. 11). Em seus cursos, Afrânio Coutinho viria a dar destaque aos estudos de obras, autores, gêneros e épocas com base na investigação do texto e não na construção de panoramas históricos

na formação do profissional em Letras. Os princípios metodológicos que organizariam as matrizes curriculares deveriam observar: o primado do texto, o primado da liberdade, o método de análise, a produção de escrita monográfica, a observação da Teoria Literária, valorização do ensaio em detrimento do texto informativo, e classes com pequeno número de alunos. (Coutinho, 1977, p. 157-159)

No Brasil, os estudos de Teoria no âmbito do discurso literário terão o Estruturalismo como o divisor de águas, juntamente com o golpe civil militar em 1964. Esses polos não se reconciliarão na redemocratização iniciada em 1986. Ainda há questões a serem analisadas: organizar um quadro mínimo que demonstre o modo pelo qual essas disputas pela delimitação de campos de força na Teoria Literária se moldaram no Brasil até a década de 1980 e como elas se alteraram ou não durante a redemocratização política. O modo que escolhi para compor esses quadros a partir de agora é trabalhar com a memória de cada curso de Teoria Literária que foi oferecido pelos agentes/professores da disciplina ao longo desses anos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIRA, C. (2020). *Las tres fechas. Cuatro ensayos*. Rosario: Beatriz Viterbo Editora.

ANDRADE, C. D. de. (12 de abril 1975). *Exorcismo*. *Jornal do Brasil*. p. 5.

BENJAMIN, Walter. (1985). *Sobre o conceito de História*. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense.

ANDRADE, C. D. de. (1987). *Infância em Berlim por volta de 1900. Rua de mão única. Obras Escolhidas* Trad. Rubens Rodrigues Torres Filho, José Carlos Martins Barbosa. São Paulo: Brasiliense.

CAMPOS, H. (06/1981). *Da razão antropofágica: a Europa sob o signo da devoração*. Colóquio/Letras.

CAMPOS, H. (1981). *Deus e o Diabo no Fausto do Goethe*. São Paulo: Ed. Perspectiva.

CAMPOS, H. (1989). *O sequestro do barroco na formação da literatura brasileira: o caso Gregório de Matos*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado.

- CANDIDO, A. (2005). *Introdução aos estudos literários*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas.
- CANDIDO, A. (1996). *O Estudo Analítico do Poema*. 3ed. São Paulo: Humanitas Publicações - FFLCH/USP.
- COMPAGNON, A. (1998). *Le démon de la théorie. Littérature et sens commun*. Paris: Du Seuil.
- COUTINHO, A. (1977). *Universidade, instituição crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- COUTINHO, A. (1976). *Notas de Teoria Literária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- COUTINHO, A. (1968). *A tradução afortunada*. São Paulo: EDUSP.
- DERRIDA, J. (2007). *O Cartão-Postal: de Sócrates a Freud e além*. Tradução Simone Parelson. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.
- KAUFMANN, V. (2011). *La faute à Mallarmé. L'aventure de la Théorie Littéraire*. Paris: Ed. Seuil.
- LIMA, L. C. (1973). *Estruturalismo e teoria da literatura*. Petrópolis: Vozes.
- LIMA, L. C. (21 de novembro de 1975 a). *Quem tem medo da teoria*. Opinião. p. 24.
- LIMA, L. C. (28 de dezembro de 1975b). *O bloco do eu sozinho*. Opinião. p. 23.
- LIMA, L. C. (1981). *Dispersa demanda: ensaios sobre literatura e teoria*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- LISBOA, J. C. *Aula Magna de 1972*. (set.-out., 1975). *Boletim de Ariel*. RJ, v. I, n. 11.
- MELLO, J. *Os estudos literários brasileiros nos anos 1970 e o lugar da teoria no trabalho de Luiz Costa Lima*. (jul./dez. 2020). *Remate de Males*. Campinas-SP, v.40, n.2, pp. 697-722.
- MERQUIOR, J. G. (27 de jan. 1974). *O estruturalismo dos pobres*. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 2º caderno.
- MORICONI, I. (1996). *Ana Cristina César: o sangue de uma poeta*. Rio de Janeiro: Relume- -Dumará. (Perfis do Rio, 14).
- NÁCHER HIDALGO, M. (2018). *O dispositivo de leitura de Haroldo de Campos e os usos da biblioteca*. 452ºF, 19, 216-231.
- NITRINI, S. (1994). *Teoria Literária e Literatura Comparada*. *Revista Estudos Avançados*, 8 (22).

RAMASSOTE, R. (julho de 2018). A passagem de Antonio Candido por Assis. *Revista Unespciência*, Edição 98, Assis.

SOUZA, R. A. de. (2020). *Como e por que sou professor de literatura*. Chapecó: Argos.